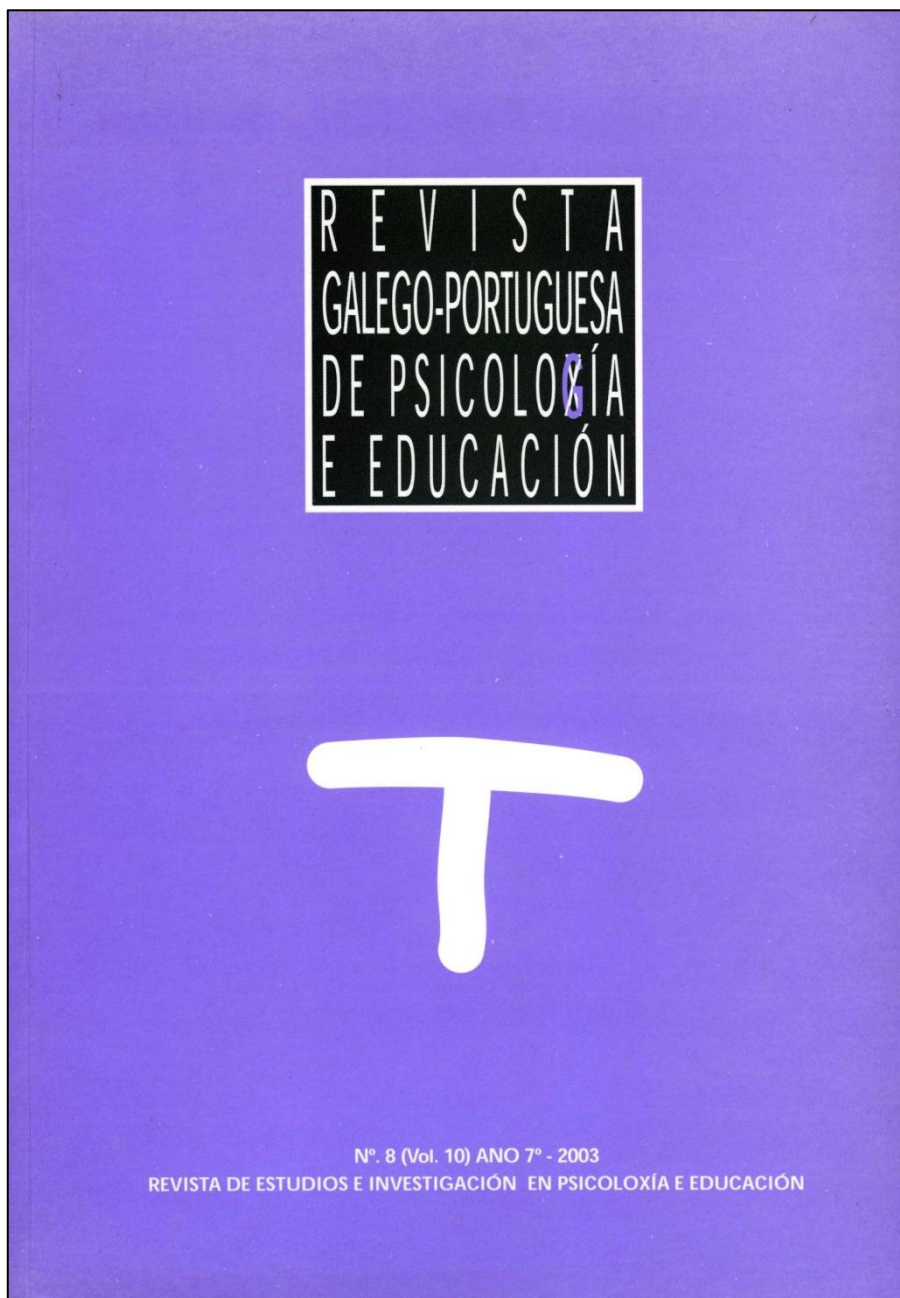


SILVA, Bento & Gomes, Carlos (2003). Universidade e mercado de trabalho: indicadores das trajetórias profissionais dos licenciados em educação da Universidade do Minho. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, nº 8 (vol. 10), ano 7, Universidade da Corunha, pp. 1286-1295. (ISSN: 1138-1663).





UNIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DAS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DOS LICENCIADOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Bento Duarte Silva¹ & Carlos Alberto Gomes²
Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho
bento@iep.uminho.pt; calberto@iep.uminhp.pt

Resumo

A empregabilidade é, hoje, um desafio real e incontornável, obrigando a uma cada vez mais racional e estratégica gestão dos cursos universitários. A atractividade pela empregabilidade tornou-se, para as universidades, um imperativo de sobrevivência, no quadro de novas pressões, exigências e expectativas sociais. É sobre este novo e exigente desafio que falaremos na nossa comunicação, focando, entre outros aspectos, a relação entre as dimensões académicas e vocacionais da formação universitária, a elaboração e aplicação de estratégias de relacionamento entre a universidade, a economia e a sociedade, a construção de metodologias de abordagem do mercado de trabalho e de dinamização de saídas profissionais, a construção de instrumentos de observação e acompanhamento de trajectórias profissionais pós-licenciatura, como são, por exemplo, os Observatórios de Emprego.

1. Universidade e Mercado de Trabalho

Na actualidade, e particularmente em Portugal, a empregabilidade impôs-se como um critério altamente relevante (e talvez até dominante) na auto-legitimação académica e social dos cursos universitários. Esta mudança é cada vez mais evidente nas estratégias publicitárias de captação de novos alunos, nas opções dos alunos e das famílias, nas representações que os mass-media fazem circular sobre a universidade, nas expectativas da "opinião pública", nos processos de avaliação interna e externa e reestruturação de cursos, nas reformas do ensino superior, nas políticas de financiamento, nas políticas educativas europeias face ao desafio da globalização. A tensa relação entre a universidade e o mercado de trabalho existe há muito tempo, e traduz-se, hoje, de forma dramática, num elevadíssimo número de diplomados desempregados. Aparentemente, terminou o "período de tolerância". É muito forte a pressão social e política para a empregabilidade, e já não se pedem, antes exigem-se, cursos universitários intencionalmente orientados para a oferta de saberes e competências

¹ Coordenador do Observatório de Emprego da Licenciatura em Educação.

² Director de Curso da Licenciatura em Educação.

que correspondam a necessidades identificadas na economia e na sociedade. É nesta correspondência, tendencialmente acrítica, porque meramente adaptativa, que, em parte, se apoia o critério da exigência da empregabilidade, vista como a capacidade ou potencial que um determinado curso universitário tem de criar condições para uma consistente absorção dos seus licenciados no(s) mercado(s) de trabalho estrategicamente visados.

2. O Observatório de Emprego da Licenciatura em Educação

No início da década de 90, o Instituto de Educação (mais tarde designado Instituto de Educação e Psicologia) lançou o debate e apresentou uma proposta de criação de uma Licenciatura em Educação. Este Instituto, que já tinha sido inovador, em 1975, na criação de cursos do modelo integrado de formação de professores, entendeu que a Educação não se poderia reduzir ao sistema escolar, mas que era um processo – no tempo e no espaço comunitário – que abarcava várias dimensões e modalidades do desenvolvimento humano, tais como: a formação profissional e a gestão da formação, os apoios sócio-educativos, a integração social de pessoas portadoras de deficiência, o aproveitamento dos tempos livres, a educação de adultos e da terceira e idade, o desenvolvimento comunitário, etc³. A proposta de criação da Licenciatura tinha em vista a intervenção qualificada neste campo de acção social, visto que, no País, a preparação de profissionais de educação não existia, ou revestia-se de carácter esporádico e precário.

O perfil do(a) licenciado(a) em Educação consistiria num profissional que teria “um papel na definição de projectos e programas de intervenção, na sua implementação e avaliação, sendo ainda preparado para desempenhar um papel na análise fundamental e crítica do sistema e das instituições educacionais”⁴. Tendo em conta o perfil e as modalidades de intervenção, entendeu-se definir, no 4º ano da licenciatura, três ramos de pré-especialização, antecedidos de uma formação comum de três anos: Ramo 1 (Recursos Humanos e Gestão da Formação); Ramo 2 (Educação de Adultos e Intervenção Comunitária); – Ramo 3 (Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social). A licenciatura termina com a realização, no 5º ano, de um estágio curricular. A proposta da criação do curso não reduzia a formação em Educação à preparação profissional e à colocação no mercado de profissionais qualificados (aliás, a função da Universidade não pode – nem deve – reduzir-se ao pragmatismo do mercado), mas também não ficou indiferente a essa realidade. Houve o cuidado de efectuar uma sondagem e uma previsão dos sectores de mercado de trabalho em que os futuros licenciados se poderiam integrar e intervir profissionalmente, em função das áreas de pré-especialização.

O ano lectivo de 1993-1994 marcou o início do funcionamento das actividades lectivas, saindo os primeiros licenciados no ano de 1997-1998. Em 1999, entendeu o Conselho de Cursos de Educação e Psicologia que havia necessidade de recolher informação sobre os indicadores de empregabilidade dos seus licenciados. Considerou-se que a informação do que sucede a jusante do curso é valiosa, não só para a pertinência e justificação social do curso, mas também para a qualidade da formação assegurada na frequência. Para esse efeito, decidiu-se criar um Observatório de Emprego dos Licenciados em

³) In: Instituto de Educação (1990). *Proposta de criação do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO*. Braga: Instituto de Educação / Unidade de Educação de Adultos.

⁴) *idem*, p. 7.

Educação. Em 2001, procedeu-se ao primeiro levantamento das trajectórias profissionais dos licenciados anos lectivos de 1997-98, 1998-99 e 1999-2000. Neste texto, apresentam-se um conjunto de indicadores estatísticos sobre trajectórias de inserção profissional. O presente trabalho incide nas trajectórias dos licenciados que concluíram o curso recentemente (ano de 2000-01), estabelecendo, sempre que se julgue pertinente, análises comparativas com os indicadores referentes ao triénio 1997-2000⁵.

3. Trajectórias profissionais dos Licenciados em Educação

3.1. Opções metodológicas no processo de recolha de dados

O presente trabalho apoia-se nos resultados empíricos e descritivos obtidos através de entrevistas realizadas em 2001 aos licenciados em Educação pela Universidade do Minho, tendo sido utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Opção em utilizar a entrevista telefónica, tendo por base o questionário/guião para orientar a entrevista e registar as informações;
- Solicitou-se aos Serviços Académicos (em Fevereiro de 2002) a listagem de alunos que tinham terminado a Licenciatura no ano lectivo de 2000-01;
- Contactou-se a Presidente do Núcleo de Estudantes de Educação da Universidade do Minho (NEDUM) para explicar os objectivos da acção, a relevância do projecto (também para os alunos) e a necessidade de mobilizar alguns alunos para exercerem o papel de entrevistadores. A aceitação e adesão ao projecto foi imediata, conseguindo-se a participação de cerca de 10 alunos;
- Formação aos alunos/entrevistadores (em Abril de 2001) sobre a iniciativa, o guião da entrevista e a forma de estabelecer a entrevista telefónica;
- Cada aluno ficou encarregado de efectuar cerca de 4 entrevistas (em processo coordenado pela Presidente do NEDUM), em posto telefónico localizado no Gabinete do Coordenador do Observatório. As entrevistas ocorreram em horário flexível, com maior incidência a partir das 18 horas, em todos os dias da semana, incluindo ao fim de semana;

A maioria das entrevistas decorreram entre os meses de Maio e Julho de 2002, tendo-se procedido a reavaliações frequentes do processo de recolha de dados. Devido a dificuldades de localização dos licenciados, algumas entrevistas decorreram em Novembro de 2002. Verificando-se, em

⁵ Para uma análise mais pormenorizada das trajectórias profissionais dos licenciados que concluíram o curso nos anos de 1997 a 2000, deve-se consultar: 1) SILVA, Bento (2001). *Trajectórias de inserção profissional dos licenciados em Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho*. Relatório do Observatório de Emprego da Licenciatura em Educação. Conselho de Cursos de Educação e Psicologia, pp. 101; 2) ou, em versão mais resumida e publicada em actas de um seminário, in: SILVA, Bento & MARQUES, Fátima (2001). *Trajectórias de inserção profissional dos licenciados em Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho*. *Actas do Seminário "da universidade para o mundo do trabalho, desafios para um diálogo"*. Braga: Universidade do Minho, pp. 205-226.

Junho, que não estava a ser possível localizar e entrevistar cerca de 8 licenciados (5 cabo-verdianos – com residência em Cabo Verde – e 3 portugueses), optou-se por enviar o questionário via correio. Não houve qualquer resposta. Em Dezembro de 2002, efectuou-se a introdução de dados no programa de análise estatística *StatView Graphics* (sistema informático Macintosh). Por fim, procedeu-se à redacção do texto do tratamento e análise da informação, que toma a forma de *Apresentação dos Resultados*, vertida, de forma sucinta, no presente texto.

Duas notas explicativas sobre a manutenção da opção pela entrevista telefónica e sobre os campos do questionário/guião da entrevista.

Entendeu-se que a entrevista telefónica seria a técnica de recolha de dados que possibilitava o maior retorno de respostas e melhor qualidade de respostas, resultante da conversa entre entrevistador-entrevistado. Facto que voltou a comprovar-se: a amostra indicará que se entrevistaram 81% dos alunos que concluíram o curso, sendo que, dos remanescentes, não houve qualquer retorno de resposta ao questionário, enviado via correio. Por outro lado, a entrevista, mesmo por via telefónica, possibilitava captar a riqueza emocional dos entrevistados, valência que poderia ficar oculta na frieza analítica dos indicadores estatísticos via questionário. No entanto, é preciso ter presente que é este um método trabalhoso, exigindo formação do entrevistador, persistência e disponibilidade para efectuar os contactos, e também condições logísticas adequadas.

Do questionário/guião da entrevista, fazem parte os seguintes campos de observação/registo: Dados de identificação; Situação actual de empregabilidade; Primeiro emprego; Factores de inserção profissional.

É sobre estes campos que assenta a apresentação e análise, ainda que sucinta, dos resultados.

4. Resultados do Observatório de Emprego

4.1. Sobre os licenciados

A amostra atinge 81% (34) dos 42 licenciados que concluíram o curso no ano lectivo de 2000-01. O segundo ramo de especialização (Educação de Adultos e Intervenção Comunitária) é o mais representado com 16 licenciados (47,1%), seguido do terceiro ramo (Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social) com 12 licenciados (35,3%) e do primeiro ramo (Recursos Humanos e Gestão da Formação) com 6 licenciados (17,6%). Neste primeiro ramo, a amostra (alunos/entrevistados) é a que é menos representativa em relação à respectiva população total do ramo (54,5%), já que a maioria dos licenciados em falta residem em Cabo Verde, não tendo sido possível contactá-los. Nos outros dois ramos, a representatividade é muito elevada: 88,9% no 2º ramo e 92,3% no 3º ramo. Verifica-se uma taxa elevada de feminização (91,2%) e uma taxa elevada de estudantes trabalhadores (29,4%). A classificação média do curso é de 14 valores. A idade média é 29 anos. A maioria dos licenciados tinha a sua residência no Norte Litoral, com destaque para o Distrito de Braga (44%) e para o concelho de Braga (26,5%).

4.2. Sobre a situação actual de emprego

Regista-se uma alta taxa de empregabilidade (85%), apresentando mesmo, uma melhoria em relação à média do triénio anterior (1997-2000) que se situava em 82%. Por ramos de especialidade, verifica-se que o 1º ramo (Recursos Humanos e Gestão da Formação) e o 3º ramo (Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social) apresentam os valores mais positivos de empregabilidade (100%), merecendo-nos alguma apreensão a fragilidade manifestada pelo 2º ramo (“Educação de Adultos e Intervenção Comunitária”), situando-se a empregabilidade nos 68,8%. Em relação ao triénio 1997-2000, há uma melhoria no 1º e 3º ramos e uma manutenção no 2º ramo.

A maioria dos licenciados acedeu ao emprego com relativa rapidez. Dos 20 licenciados que conseguiram o primeiro emprego após a conclusão do curso, a maioria (19 licenciados, 95%) estava empregada e 16 licenciados (80%) obtiveram o primeiro emprego nos primeiros seis meses, sendo que 6 licenciados (30%) empregaram-se logo após a conclusão do curso (até 1 mês). Estes valores seguem as tendências obtidas no triénio 1997-2000.

As organizações/instituições de inserção profissional dos licenciados estão relacionadas com instituições de associativismo, solidariedade social, ensino, função pública, empresas de formação, comerciais, serviços e câmaras municipais. Para a grande maioria dos licenciados, as funções profissionais exercidas nestas instituições enquadravam-se nas área da respectiva licenciatura, do ramo de especialidade e do perfil traçado para o novo licenciado, o que não deixa de ser significativo para uma análise da relevância social da Licenciatura em Educação.

A maior parte dos licenciados trabalha no Norte Litoral, mais de metade no Distrito de Braga (65,4%), com o concelho de Braga a absorver 51,7% dos licenciados empregados. Verifica-se uma grande atractividade do concelho de Braga (aspecto mais sentido do que em relação ao triénio 1997-2000), havendo mesmo uma maior deslocação da área residencial para o concelho de Braga (31% dos licenciados mudaram de residência devido ao emprego). Esta concentração poderá levar a uma rápida saturação do mercado nesta zona do País. Os vencimentos mensais situam-se, maioritariamente (cerca de 68% dos licenciados) no intervalo de 500 euros a 900 euros.

4.3. Sobre o impacto da Licenciatura na obtenção de emprego

A maioria dos licenciados (76%) refere que a frequência do curso contribuiu directamente para a situação actual de emprego. Para quem já tinha emprego antes de frequentar o curso (12 licenciados), a frequência/conclusão do curso implicou mudanças de emprego (4 licenciados) e, em caso de manutenção do emprego, implicou alterações positivas ao nível remuneratório (7 licenciados), de funções (5 licenciados) e de estatuto (6 licenciados).

Em termos de satisfação com o emprego alcançado, a maioria dos licenciados considera ser *relevado e muito elevado* (61,3%). Contudo, 9,7% consideram ter um nível *baixo* e *muito baixo* de satisfação profissional.

Continua a merecer-nos alguma apreensão as condições de exercício da actividade profissional: 10 licenciados (34,5%) tinha contratos de trabalho precário (a *termo certo*), igual número *nem sabe*

qual é a natureza do seu vínculo de trabalho, não obstante, a larga maioria exercer o emprego a tempo inteiro (82,8% dos licenciados). Estes números mantêm a situação observada no triénio 1997-2000.

4.4. Sobre o primeiro emprego

A primeira observação a registar é o elevado número de alunos (9 licenciados, 26,5%) que antes do ingresso do curso já tinha tido experiências de trabalho, ao nível do primeiro emprego. Durante a frequência, houve mais 3 alunos (8,8%) que tiveram a experiência do 1º emprego. Estes valores aparecem corroborados pelos 29,4% de alunos que usufruíram do estatuto de trabalhadores estudantes. Tal como afirmámos no primeiro Relatório (referente ao triénio 1997-2000), entendemos que estes indicadores têm implicações ao nível da transição universidade-mundo do trabalho, pois estas experiências prévias de trabalho facilitaram a transição e foram valorizadas pelos licenciados;

A situação do primeiro emprego está, de uma forma geral, relacionada com a situação actual de empregabilidade. Há, na generalidade, uma grande coincidência entre as organizações/instituições da situação actual de emprego e as do primeiro emprego: 67% dos licenciados referem que há uma relação entre o 1º emprego e a frequência/conclusão do curso. Naquelas situações em que o primeiro emprego consistiu em trabalho não especializado e que pouco ou nada tinha a ver com a tipologia do curso, bem como as situação que consistiram numa experiência de trabalho de carácter ocasional, verificavam-se mudanças na situação profissional após a conclusão do curso.

A maioria das organizações/instituições do primeiro emprego estavam localizados na zona Norte Litoral do País. No distrito de Braga empregavam-se 61,3% dos licenciados, sendo que o concelho de Braga absorvia 45,2% dos licenciados.

Tal como na actual situação profissional, também o exercício das actividades do primeiro emprego nos mereceu alguma apreensão pela precaridade que apresenta. Os dados revelavam que 58,8% dos licenciados o exerciam a *termo certo* e que a sua ocorrência não significava estabilidade: havia licenciados que estavam na situação de desempregados e que já tinham tido a sua experiência de primeiro emprego, quer antes do ingresso no curso, quer após a conclusão do curso.

Sobre as estratégias na procura do primeiro emprego sobressai, com largo relevo, a utilização dos *contactos informais*, aspecto que os serviços de orientação na transição universidade-mundo de trabalho deveriam valorizar.

A dificuldade mais mencionada na obtenção do primeiro emprego relaciona-se com a *falta de emprego na área do curso*. Esta referência também ocupava o 1º lugar das dificuldades no primeiro Relatório, referente ao triénio 1997-2000. Face ao elevado valor de empregabilidade, mesmo dos licenciados que obtiveram o 1º emprego depois de concluírem o curso, não deixa de ser curiosa a manutenção cimeira desta dificuldade, já que não tem correspondência com a realidade.

No campo das dificuldades registe-se, como sinal encorajador, a ausência de qualquer menção a *formação insuficiente* e a expressões como “*desconhecimento do curso por parte das entidades empregadoras*” e “*curso pouco conhecido e pouco divulgado*”, aspectos que para os primeiros licenciados (1997-2000) eram factor relevante de dificuldades.

Ao nível dos apoios que os licenciados gostariam de ter recebido na transição universidade-mundo de trabalho, há um conjunto alargado de recomendações que podem ser agregadas em torno de quatro grupos: 1) mais e melhor divulgação do curso no exterior; 2) mais informação sobre o mundo de trabalho; 3) mais formação prática durante o curso; 4) mais e melhor acompanhamento durante e após o estágio.

4.5. Sobre os factores de inserção profissional

São quatro os factores de inserção profissional: o curso, os complementos de formação, as experiências prévias de trabalho e as experiências prévias de voluntariado.

Sobre o curso, a maioria dos licenciados considera que a formação recebida durante a licenciatura foi útil e positiva para o desempenho profissional. Em termos globais, 29,1% estimam que o curso os preparou “muito”, 50% “bastante”, 18,8% “moderadamente” e apenas 3,1% (1 licenciado) “pouco”.

Sobre os complementos de formação, experiências prévias de trabalho e experiências prévias de voluntariado – que expressam uma diversidade de situações - a maioria dos licenciados considera que a frequência destas acções/experiências contribuiu positivamente para o desempenho profissional.

6. Comentário Final

Destacamos como aspectos ou sinais positivos da evolução e consolidação académica e social da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho, os resultados que apontam para um elevado nível de empregabilidade em todos os ramos de pré-especialização, a rapidez no acesso ao emprego, a correspondência entre os contextos e funções profissionais desempenhadas e as áreas de pré-especialização da Licenciatura e o facto de a maioria dos licenciados terem reconhecido o impacto positivo que a Licenciatura teve na criação de oportunidades de inserção profissional.

Consideramos altamente positivo o facto de os resultados do Observatório de Emprego 2000-2001 confirmarem e nalguns aspectos reforçarem os resultados obtidos no Observatório de Emprego 1997-2000. Para uma licenciatura jovem, ainda relativamente pouco conhecida em muitos contextos de inserção profissional identificáveis na sociedade portuguesa, estes resultados permitem, sem dúvida, concluir que eram fundamentadas as expectativas que desde a criação do Curso se vinham alimentando acerca da relevância social da Licenciatura em Educação.

Todavia, há que ser realista e estar muito atento aos sinais dos novos tempos. A Licenciatura em Educação não tem um mercado de trabalho assegurado. A consolidação da evolução positiva retratada nos Observatórios de Emprego (fundamental para a sustentabilidade académica e social da licenciatura) depende de muitos factores, alguns controláveis internamente, outros não. Não controlamos, por exemplo, a evolução da sociedade portuguesa em termos da efectiva consolidação e expansão de um mercado de trabalho associado aos campos de acção social e profissional que podem progressivamente constituir-se um mercado de emprego real e estável para os licenciados em Educação.

Todavia, dentro dos factores controláveis, muito se pode fazer para consolidar o projecto Licenciatura em Educação. Por exemplo, reforçar a qualidade científica e pedagógica do curso; reforçar as competências na utilização das novas tecnologias de informação; incentivar a aprendizagem de

línguas estrangeiras essenciais à mobilidade e empregabilidade no espaço europeu; ganhar e consolidar prestígio académico e social no âmbito de processos institucionais de avaliação interna e externa; reforçar a procura social de licenciados em Educação, apostando, em termos formativos e curriculares, no reforço da articulação conhecimentos/competências relevantes para o mercado de trabalho; apostar na intensificação das relações com os empregadores directos da Licenciatura, por exemplo, através de realizações no âmbito da Licenciatura (Colóquios, Seminários, Jornadas, Estágios Curriculares); reforçar o trabalho já realizado na divulgação da Licenciatura, por exemplo, através da Internet e dos mass-media; apostar no desenvolvimento do mercado de trabalho da Licenciatura, quer no espaço nacional, quer no espaço europeu, criando e operacionalizando redes e contactos que permitam aproveitar, por exemplo, as oportunidades oferecidas pelo Programa Socrates/Erasmus e pelo Programa Leonardo da Vinci (estágios profissionais).

O Observatório de Emprego, pela informação que oferece, constitui um instrumento essencial para a regulação informada da Licenciatura e para o seu desenvolvimento estratégico, prestando um serviço absolutamente indispensável, em particular num contexto sócio-cultural, económico e político que (sobre)valoriza a empregabilidade como critério de legitimação social e apoio político. Com efeito, a actual complexidade da relação universidade-mundo do trabalho torna muito perigosas, e eventualmente suicidárias, as lógicas e principalmente as práticas de gestão assentes em meras ilusões de facilidade...

Bibliografia

- Caires, Susana (2001). *Vivências e Percepções do Estágio no Ensino Superior*. Apontamentos UM, Braga: Universidade do Minho, Grupo de Missão para a Qualidade de Ensino/Aprendizagem, Apontamentos UM.
- Giddens, Anthony (1998). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta Editora.
- Simão, José Veiga; Santos, Sérgio Machado dos & Costa António de Almeida (2002). *Ensino Superior: Uma Visão Para A Próxima Década*. Lisboa: Gradiva.
- Gomes, Carlos Alberto (1998). “Licenciatura em Educação: ilusão académica ou projecto profissional?”. *Actas do 1º Congresso das Licenciaturas em Educação, Ciências da Educação: profissões espaços sociais*. Porto. Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Renaut, Alain (1995). *Les Révolutions de L’Université. Essai sur la modernisation de la culture*. Paris. Calmann-Levy.
- Rodrigues, Maria João (1988). *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.

Documentação

- Conselho de Cursos de Educação e Psicologia. Relatório do Observatório de Emprego da Licenciatura em Educação. Junho de 2001. Coordenação de Bento Duarte da Silva (referente aos alunos que terminaram o curso no período 1997-2000).

- Conselho de Cursos de Educação e Psicologia. Relatório do Observatório de Emprego da Licenciatura em Educação. Coordenação de Bento Duarte da Silva. (referente aos alunos que concluíram o curso no ano lectivo de 2000-2001).